

## A SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX: AS REFLEXÕES DE JOAQUIM NABUCO E AS DE MANOEL BOMFIM<sup>1</sup>

Maria José de Rezende<sup>2</sup>

**Resumo:** No âmbito do pensamento social brasileiro encontram-se inúmeras contribuições para a compreensão da condição social do negro no Brasil. Neste texto serão destacadas somente as interpretações de Joaquim Nabuco e as de Manoel Bomfim acerca das limitações visíveis no movimento abolicionista. As dificuldades, os emperramentos presentes no século XIX acabaram por marcar um processo de rechaçamento das mudanças que não conseguiram transfigurar a vida da população negra de modo geral. Persiste, assim, uma existência marcada pela pobreza e pela exclusão que se alongaram século XX adentro.

**Palavras-Chaves:** Negro, abolicionismo, escravidão, processo social, mudança.

**Abstract:** Under the Brazilian social thought there are numerous contributions to the understanding of the social condition of black people in Brazil. In this text only Joaquim Nabuco and Manoel Bomfim's interpretations will be highlighted concerning the visible limitations in the abolitionist movement. Difficulties and hindrances present in the nineteenth century eventually establish a repelling process of changes that failed to transfigure the lives of black people in general. There remains, therefore, an existence marked by poverty and exclusion that went on throughout the twentieth century.

**Keywords:** Black people, abolitionism, slavery, social process, change

### Introdução

Mapear, no interior do pensamento social brasileiro, a temática do negro é, sem dúvida uma tarefa de grande envergadura, uma vez que inúmeros historiadores, juristas, literatos, sociólogos e antropólogos produziram centenas de textos sobre o papel do negro na formação econômica, social e cultural brasileira. Se no decorrer do século XX os currículos escolares apresentaram pouca preocupação com as temáticas atinentes ao negro, isto não pode ser atribuído a uma ausência de reflexões e de debates por parte do pensamento social. Este esteve, durante o século XIX e o século XX, chamando a

---

<sup>1</sup> Este texto foi divulgado no Caderno Uniafro 2 (Cultura Afro-brasileira: construindo novas histórias, 2007, p. 38-51) publicado em Londrina – Pr.

<sup>2</sup> Professora de Sociologia (UEL). Doutora em Sociologia (USP).

atenção para a necessidade de uma ampla e contínua discussão acerca da vivência do negro ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

Na segunda metade do século XIX, foram produzidos vários materiais (romances, poemas, ensaios, entre outros)<sup>3</sup> denunciando um dado padrão de organização e um dado padrão de domínio político que sedimentavam, em todos os planos da vida social, a naturalização da exploração e da miserabilidade a que o negro estava submetido. Evidentemente, o processo de colonização em curso no país tendeu a potencializar um pensamento que advogava a superioridade do branco, mas isto não impediu que surgissem vozes dissonantes neste debate.

A contestação das idéias acerca da inferioridade do negro ganhou dimensão fundamental nos escritos que defendiam a necessidade de mudança do quadro social brasileiro. Castro Alves (1847-1871), José de Alencar (1829-1877), Gonçalves Dias (1823-1864), Álvares de Azevedo (1831-1852) e Casimiro de Abreu (1839-1860) problematizavam os aspectos sociais e políticos da nação através do romance e/ou da poesia. Eles faziam isso colocando o índio e/ou o negro no centro do debate ao denunciarem uma contínua desvalorização do homem brasileiro. Em diversos escritos, eles afirmavam que esta desvalorização aviltava o país porque revelava a inexistência de qualquer projeto nacional inclusivo, visto que os setores preponderantes estiveram sempre voltados inteiramente para os seus interesses pessoais e nunca para os interesses coletivos.

Manoel Bomfim (1868-1932) afirmava no livro *O Brasil nação* (1931) que os escritos destes literatos questionavam a máxima vigente em meados no século XIX, ou seja, aquela que se assentava na idéia de que a matriz indígena e a matriz africana do povo brasileiro inviabilizava inteiramente o país. “(...) Ao brotarem os ideais libertários, humanistas e solidários em relação ao negro, ao índio, ao caboclo e aos mestiços emergiam propostas de formação de uma nação que os levasse em consideração” (REZENDE, 2003, p. 91; BOMFIM, 1931, p.79). Esse é, sem dúvida, um dado importante que deve ser destacado nestes escritos do século XIX.

E por que, segundo Manoel Bomfim, os escritos românticos de Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Castro Alves e Alvares de Azevedo apresentam traços de

---

<sup>3</sup> Os poemas *Navio Negreiro* e *Voices d’Africa*, de Castro Alves, publicados no livro *Os escravos*, em 1883, podem ser citados como exemplos de poemas que possuíam esse caráter de denúncia social sobre as condições malévolas da escravidão. O ensaio *A escravidão no Brasil* (1944) de Agostinho Marques Perdigão Malheiros, de 1866, foi também marco de um debate que se instaurou entre alguns membros dos setores preponderantes, nas últimas décadas do século XIX.

radicalidade? A resposta a esta questão passa pelo seguinte questionamento: Qual era o contexto social e político da época, ou de meados do século XIX? Para se ter uma idéia, basta dizer que “a política nacional, alimentada no tráfico, feita com a escravidão, (...) era extremamente vil” (BOMFIM, 1931, p.79). Pode-se dizer, então, que “o surgimento, nessas condições, de um pensamento renovador das expectativas em relação ao devir era algo radicalmente contrário ao que estava sedimentado no país, pois projetava um futuro em que negros, índios e mestiços deveriam ser incluídos no projeto nacional. Seu caráter era revolucionário à medida que se voltava para a reelaboração ‘de idéias, de sentimentos e de ações’ (BOMFIM, 1931b, p.82)” (REZENDE, 2003, p.91).

Não se devem desconsiderar as diferenças que existiam - no que diz respeito à tematização de questões políticas e sociais - entre os escritos de Castro Alves e os de Gonçalves Dias, por exemplo. Manoel Bomfim afirma que aquele primeiro, nos poemas intitulados *O navio negreiro* e *Vozes d’África*, era muito mais contundentemente crítico da mentalidade dos dirigentes em relação ao negro e ao escravo do que muitos abolicionistas que circunscreviam a abolição à formalização da liberdade civil dos cativos, não se preocupando, de fato, com o que aconteceria com os negros após a abolição.

Não só Castro Alves, mas também Gonçalves Dias, José de Alencar, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo possuíam também um papel fundamental porque questionavam os valores sociais fundados no desprezo absoluto pela vida de uma parte expressiva da população brasileira, fosse ela negra, índia, ou mestiça.

E por que é possível partir dos poemas de Castro Alves para discutir a questão do negro no Brasil? Não se deve esquecer que o ponto de partida deve ser a crítica social e política que ele fazia, naquele momento. Havia um protesto contra um ambiente social e mental que desumanizava o negro e o tornava somente uma peça numa dada engrenagem socioeconômica. Havia, também, em seus escritos, uma denúncia contra um tipo de organização social que implodia qualquer possibilidade de justiça e de liberdade para uma parte expressiva da população, ou seja, a escrava.

Destaque-se, ainda, que o outro elemento de grande importância, nos poemas de Castro Alves publicados no livro *Os escravos*<sup>4</sup> (1997), estava no modo dele pensar a abolição como algo muito maior do que somente a libertação civil dos cativos (BOMFIM, 1931, p.95). O movimento abolicionista deveria criar as condições para a

---

<sup>4</sup> A obra *Os escravos* foi publicada pela primeira vez em 1883.

inclusão social e política dos negros. Ele criticava todos aqueles que supunham a possibilidade de formalizar o fim da escravidão sem, contudo, tocar na ordem vigente.

### **O negro no pensamento social brasileiro no final do século XIX e no início do século XX: as discussões de Joaquim Nabuco e as de Manoel Bomfim**

Através da leitura do embate travado no âmbito do pensamento e das ações políticas de Joaquim Nabuco (1849-1910) e de Manoel Bomfim pode-se notar uma preocupação constante com as questões atinentes ao negro no Brasil. Deve-se indagar o seguinte: Que problemas sociais - no que diz respeito à vivência do ex-cativo - eram trazidos à tona através das reflexões e das ações políticas tanto de Joaquim Nabuco quanto de Manoel Bomfim<sup>5</sup>? No final do século XIX e no início do século XX, de que modo eram problematizadas, por estes dois pensadores, as condições de pobreza, de miserabilidade, de analfabetismo, de indignância, de desemprego e de abandono que marcavam as vivências dos negros?

Deve-se destacar que Joaquim Nabuco tinha preocupações que se distinguiam das de Manoel Bomfim no trato dos problemas sociais que afligiam os negros. Este último esteve muito mais voltado para a necessidade de esmiuçar os procedimentos sociais e políticos que condenavam o ex-escravo a uma situação de abandono e de desamparo do que aquele primeiro. Não se deve esquecer que, além de uma postura mais veemente crítica de Bomfim em relação aos setores preponderantes no país, tais como os fazendeiros, havia também os elementos de uma conjuntura política distinta, à qual o Nabuco abolicionista se referia na sua defesa árdua pelo fim da escravidão, e o quadro já delineado após a abolição, no decorrer da primeira década do século XX, no qual Manoel Bomfim visualizava um absoluto descaso para com a situação do negro no país.

Analisando as condições educacionais no país, onde não se verificava quase que nenhum investimento numa escola pública que fosse capaz de apontar para um amplo

---

<sup>5</sup> Joaquim Nabuco e Manoel Bomfim foram deputados federais. Em 1878, Joaquim Nabuco elegeu-se pela primeira vez deputado federal pela província de Pernambuco. A sua primeira campanha já foi inteiramente centrada na necessidade de acabar com a escravidão no país. A idéia-chave de sua propaganda eleitoral foi: "A grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão" (NABUCO, 1997, p. 1342). Manoel Bomfim passou a atuar como deputado federal em 1907 fazendo parte da bancada sergipana juntamente com Sílvio Romero e Gilberto Amado. Sua principal preocupação era a defesa do ensino público. Ele vinha atuando em defesa deste último há alguns anos na qualidade de professor na escola normal, de diretor do Pedagogium (instituição destinada a realizar pesquisas no campo da pedagogia) e de membro do Conselho Superior da Instrução Pública do Distrito Federal.

processo de inclusão social, Manoel Bomfim lançava luzes sobre as condições dos escravos que acabaram sendo abandonados “a própria sorte” e/ou lançados ao abismo de falta absoluta e persistente de uma política voltada para dar-lhes instrução técnica, profissional e geral. Ao se conhecer a maneira como Manoel Bomfim tratava tais questões, vêm à tona não somente suas posturas políticas, mas também suas propostas de intervenção que visavam transfigurar uma realidade social marcada pela exclusão e pela violência.

No caso de Joaquim Nabuco, observamos que suas posturas em defesa da liberdade civil do escravo lançavam luzes sobre problemas que no final da década de 1870 eram quase que intocáveis. Questionar, por exemplo, se todos os escravos eram mesmo propriedade daqueles que se diziam seus donos era algo que soava como uma heresia num quadro social em que não se permitia qualquer dúvida a respeito da legitimidade de uma sociedade fundada no trabalho escravo. De certa maneira, Nabuco deixava explícito que a crescente injustiça social que se alastrava no país tinha fundamento num sistema escravocrata que naturalizava a situação de cativos mesmo de alguns indivíduos que não mais poderiam ser considerados escravos. Ele afirmava: “(...) a escravidão apesar de hereditária é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na fonte” (NABUCO, 1997, p. 1344).

Observe-se que, no momento em que Joaquim Nabuco elege-se deputado federal já pela primeira vez, em 1878, havia no parlamento os representantes de uma corrente denominada emancipacionista, da qual o deputado Jerônimo Sodré era um dos principais representantes. O embate político principal que consumia uma parte expressiva das discussões era o seguinte: Como fazer a emancipação dos escravos? Seria uma emancipação gradual ou imediata? Far-se-ia com ou sem indenização, ou seja, o erário público deveria ou não arcar com esta última?

Nabuco participa ativamente neste debate proposto pelos emancipacionistas e somente em 1880 é que alguns parlamentares formam o grupo denominado Abolicionista. Nota-se que este último grupo recebe impulsos de líderes negros importantes como José do Patrocínio que, através do jornal *Gazeta da tarde*, ajuda a construir os caminhos por onde prosseguirá, até 1888, a luta pela abolição da escravidão no país.

As idéias e as ações abolicionistas e suas conexões com lideranças da sociedade civil passavam a ser inteiramente repelidas pelos setores escravagistas. Estes últimos conseguiram, através de uma investida violenta, derrotar todos os abolicionistas que

concorreram às eleições em 1881. Joaquim Nabuco ficou sem o mandato, mas continuou a militar na causa da abolição. Em 1883 ele passou a representar a Anti-Slavery Society no Congresso para a Reforma do Direito das Gentes, realizada em Milão. Neste mesmo ano ele publicou o manifesto intitulado *O abolicionismo*.

### **Joaquim Nabuco: abolição, controle social e desencantamento**

Não é possível introduzir o debate sobre o negro, no Brasil, no século XIX, sem passar por Joaquim Nabuco (1849-1910) que foi um dos políticos e intelectuais mais relevantes das últimas décadas do século XIX. Marco Aurélio Nogueira afirma que Nabuco “sentiu e refletiu a transição. Participou dela, colaborou e resistiu. Em boa parte, foi um de seus construtores, até mesmo naquilo que teve de indesejável: detonadas as forças da mudança, nem sempre é possível controlar todos os desdobramentos” (NOGUEIRA, 1984, p.16).

À qual transição o autor acima está se referindo? À transição do trabalho escravo para o trabalho livre, da monarquia para a república. Ambas pensadas, discutidas profusamente por Joaquim Nabuco. O abolicionista Joaquim Nabuco levantava uma questão de significativa radicalidade (CÂNDIDO, 1990, p. 8) para sua época: a maioria dos escravos era propriedade ilegal. Era-o tanto o escravo que nascera no cativeiro porque não havia custado nada ao seu senhor quanto o escravo comprado porque produzia muito mais do que o investimento que por ele havia feito o proprietário<sup>6</sup>.

Essa questão levantada por Joaquim Nabuco tocava num dos pilares da sociedade vigente: a propriedade de terras e de escravos. Por isso ela parecia significativamente incômoda para aqueles que se empenhavam, no parlamento e na sociedade, para manter a escravidão. O seu radicalismo reformista voltava-se essencialmente para uma necessária transformação do escravo em cidadão. Mas, ao seu ver, isso deveria ser feito através da harmonização, da reconciliação. Era preciso, nesse processo de mudança, amenizar os conflitos, os confrontos e os enfrentamentos entre as elites brancas dominantes e o escravo.

Por que as idéias de Joaquim Nabuco eram ao mesmo tempo radicais e reformistas? Porque eram dotadas de radicalidade ao questionar a legalidade da propriedade de escravos, a instituição da escravidão e todos os males sociais gerados por essa última, mas ao mesmo tempo ele atribuía um peso maior ao parlamento, aos

---

<sup>6</sup> Joaquim Nabuco estava questionando a legalidade da escravidão após a proibição do tráfico em 1831.

dirigentes, na consecução de tais mudanças. Eram principalmente os parlamentares que deveriam fazer as principais mudanças para evitar transformações mais profundas, incontroláveis. Ele dizia que a escravidão: “não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. (...) A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder, a causa da liberdade” (NABUCO, 1988, p.40).

Esse tipo de argumento de Nabuco era ou não uma prova de que, para ele, as lutas sociais dos negros e dos escravos, no processo de mudança social que se vislumbrava nas décadas de 1870 e 1880, eram inócuas? Estava ele, ou não, empenhado, através de suas ações como deputado, a partir de 1878, em desarmar as possibilidades de ser a abolição pautada pelas atuações de escravos e/ou daqueles (Luís Gama<sup>7</sup> e José do Patrocínio<sup>8</sup>) que em praça pública defendiam ações mais contundentes de enfrentamento para que os próprios escravos pudessem assumir o processo de construção de sua cidadania?

Analisando-se o processo social, econômico e político das últimas três décadas do século XIX, observa-se que as coisas eram significativamente mais complexas do que a simples afirmação de que Nabuco desconsiderava as ações de lideranças empenhadas em dar, em praça pública, uma entonação mais radical ao movimento abolicionista. Como jurista, ele dava prevalência a ações legislativas capazes de rechaçar a escravidão através de uma radical reforma das leis que tornavam o trabalho escravo possível. Isto não queria dizer, porém, que ele estava somente interessado na normatização de leis contra a escravidão, visto que, em 1883, quando já não era mais deputado federal, ele registrou, no manifesto *O abolicionismo*, que considerava de suma importância o movimento nacional pró-abolição então em desenvolvimento através das ações de lideranças civis, o qual deveria contribuir para a criação de uma consciência

---

<sup>7</sup> Luís Gama nasceu na Bahia em 1830, filho de mãe negra e pai português que vendeu o próprio filho quando este tinha 10 anos de idade. Ele nasceu livre e tornou-se escravo. Poeta e intelectual foi uma das principais figuras da revolta dos Malês e também participou da Sabinada, em 1837. Fundou em 1864, em São Paulo, o jornal Diabo Coxo. Na imprensa travou uma verdadeira batalha contra a escravidão. Atuando como advogado, libertou inúmeros escravos. Morreu em agosto de 1882.

<sup>8</sup> José do Patrocínio (1854-1905), um dos mais importantes jornalistas da abolição, membro do Clube Republicano. Em 1881 tornou-se proprietário do jornal Gazeta da tarde. Fundou a Confederação Abolicionista e redigiu um manifesto que foi assinado por André Rebouças. Em 1891, opôs-se severamente a Floriano Peixoto.

pautada na necessidade de “introduzir o elemento da dignidade humana em nossa legislação” (NABUCO, 1997, p. 1344).

Vê-se que para ele tanto a mudança da lei quanto as ações das lideranças ligadas aos interesses dos negros eram significativamente relevantes. Esta percepção ele parece ter mais clara a partir de uma derrota expressiva dos abolicionistas, em 1881. Parecia evidente para Nabuco que os interesses escravocratas eram, de tal modo, arraigados que era necessária a junção das diversas forças na defesa do fim da escravidão.

Em 1884, quando se reelege deputado federal defendendo uma bandeira abolicionista ele vai encontrar, por parte dos grandes proprietários, uma forte oposição. Estes últimos passavam a defini-lo como agitador e comunista, já que suas posições eram favoráveis ao desenvolvimento da indústria e à formação do operariado. O que só se daria se fosse extirpada, dizia ele, a escravidão. Ao afirmar que o operário não era nada naquele momento, mas poderia vir a ser tudo no futuro (NABUCO, 1997, p. 1346), ele chamava para si a ira dos proprietários que viam suas posições como suspeitíssimas.

Em 1888, o projeto que extinguiu a escravidão no Brasil, pelo qual se empenhara Nabuco ao longo de uma década tanto no parlamento quanto fora dele<sup>9</sup>, seguia rumo ao êxito. Quanto ao papel importante desempenhado por ele, ao longo de vários anos, reconheceram-no aqueles que militavam pela causa da abolição. José do Patrocínio, sobre o dia da abolição afirmava: “Chega à janela Joaquim Nabuco, e o povo o vitoria com esse entusiasmo que só a fidelidade aos princípios sabe inspirar. É ele o triunfador. Tem os cabelos ainda empastados de suor a pétalas. Ereto, imóvel, estático, ali está, grande e solene, como há de ser guardado na memória da gratidão nacional” (PATROCÍNIO in NABUCO, 1997, p. 1348).

Todavia, não se deve ignorar que a proposta de Joaquim Nabuco de reforma social conduzida pelos dirigentes provocou nele próprio um enorme desencantamento após 1888. Em carta a seu amigo André Rebouças<sup>10</sup>, ele escreveu, em 1893, o seguinte:

<sup>9</sup> Joaquim Nabuco publicava inúmeros artigos nos jornais defendendo a abolição. Em 1886, por exemplo, ele escrevia diariamente no jornal *O país*. Em 1888, foi até Roma para tentar obter uma encíclica do papa Leão XIII que condenasse a escravidão. Tal encíclica só saiu após 13 de maio de 1888.

<sup>10</sup> André Pinto Rebouças nasceu na Bahia em 13 de janeiro de 1838. Era engenheiro militar, participou como tal na Guerra do Paraguai entre maio de 1865 e junho de 1866. Na década de 1880 se engajou na campanha abolicionista e na fundação de associações que visavam lutar contra o trabalho escravo no país. Entre elas estavam a Sociedade Abolicionista e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Esta última ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Redigiu os estatutos da Associação Central Emancipadora. André Rebouças possuía um diálogo com as diversas correntes abolicionistas. Atuando também como jornalista, ele escreveu muitos artigos contra a escravidão e a favor da conciliação entre proprietários e escravos. Ele acreditava na necessidade de convencer os donos de terras que o trabalho livre era mais



“Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais. A prova é que fizeram essa república e depois dela só advogam a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. Onde estariam os protagonistas da nova cruzada? (...) Estávamos metidos com financeiros, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, necessários de agiotas etc.; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismo bolsista é tão vergonhosa [quanto o] escravagismo” (NABUCO apud ROSA, 2000, p.50).

Alguns anos depois da abolição, Joaquim Nabuco parecia convicto de que a causa do oprimido não havia sido, de fato, levada em conta pelo processo político posto em marcha nas décadas de 1870 e 1880. A situação do negro liberto era a prova irrefutável disso. O desprezo pelo índio, pelo mestiço, pelo negro que já havia sido denunciado pelos escritores românticos, alguns anos anteriores, é, de algum modo, novamente denunciado por Nabuco nos anos que se seguiram à abolição. É necessário, todavia, indagar o seguinte: A postura política de Nabuco de atribuir ao parlamento o principal papel na condução da abolição não teria sido parte de um processo no qual se esvaziou o enfrentamento, na arena política, de posições diversas acerca do modo de conduzir a libertação dos cativos? Não foi esse esvaziamento a fonte das dificuldades que se abateram sobre o processo de mudança em curso, naquele momento?

Provavelmente sim. Mas havia alguma outra forma de operar a reforma abolicionista, naquele momento? Ela teria que passar pelo parlamento sem sombras de dúvida, no entanto, desdobramentos diferentes só poderiam advir de um maior comprometimento dos dirigentes com amplas políticas de melhoramento da condição do negro e também de uma crescente politização de setores da sociedade civil voltados para ações capazes de tornar públicas as diversas demandas daqueles segmentos que estavam há 300 anos abandonados.

Pode-se afirmar que houve sim um esforço expressivo no tocante à criação de uma lei que declarasse extinta a escravidão no país. Isto não foi, evidentemente, algo sem importância. Foi fruto de um amplo embate entre as diversas forças sociais e políticas. Entre estas últimas, havia tanto aqueles que temiam arruinar seus negócios, com o fim da escravidão, quanto os que viam na extinção do sistema servil a possibilidade de rumar o país em direção à superação de seus maiores males: atraso

---

produtivo e a escravidão uma injustiça. Ele participou também da Sociedade Central de Imigração, a qual defendia a vinda de trabalhadores europeus para o país, visto que isso levaria a uma evolução racial brasileira. Seguiu para o exílio com D. Pedro II. Morreu na África, em 09 de maio de 1898.

econômico, não-industrialização, não-urbanização, não-modernização, não-democratização.

Joaquim Nabuco estava entre esses últimos, todavia a sua preocupação, em parte mais voltada para a normatização da liberdade civil do escravo, não tinha como ser responsável por arrefecer o enfrentamento na arena política. É preciso observar que não havia, no final do século XIX – assim como não há hoje em sua plenitude – uma sociedade civil organizada, um espaço público constituído por agentes capazes de operar um amplo balizamento das ações dos dirigentes. E como estes últimos não se viram pressionados a avançar rumo à implementação de melhorias nas condições de vida da população negra, obviamente a abolição acabou por se circunscrever à formalização de uma lei que declarava extinta a escravidão no país.

Joaquim Nabuco, ao confidenciar a André Rebouças que havia chegado à conclusão de que a maior parte dos abolicionistas não possuía qualquer comprometimento com os ex-escravos, com os cativos e com os oprimidos, de modo geral, trazia à tona algo que Manoel Bomfim tanto ressaltou em seus livros ao analisar a abolição: os dirigentes, mesmo os abolicionistas, voltaram-se tão ferrenhamente para capturar para si os dividendos políticos daquele processo que não se ocuparam de outra coisa senão da formalização dos projetos de extinção da escravidão. O resultado não poderia ser outro senão o desprezo pelo ex-escravo, o abandono à sua própria sorte.

### **Manoel Bomfim e as ações dos dirigentes no processo de abolição**

Manoel Bomfim (1868-1932) argumentava, nos livros *A América Latina: males de origem*<sup>11</sup> (1993) e *O Brasil Nação*, que o exame detalhado das ações dos dirigentes ao longo do século XIX, no que tange ao problema da escravidão, deixava evidenciado que a principal postura dos setores preponderantes favoráveis à libertação dos cativos se assentava na preocupação legal com os cativos. Não havia, então, nenhuma preocupação com a vida subumana que os negros, certamente, levariam após a abolição, nem mesmo havia qualquer proposta de ação que visasse inserir de fato os ex-escravos numa sociedade fundada no trabalho livre.

O ambiente político prevalecente no século XIX favorecia o oportunismo e as propostas conservadoras que emergiam em torno da causa da abolição. Os setores

<sup>11</sup> O livro *A América Latina: males de origem* foi publicada pela primeira vez em 1905.

preponderantes levaram o sistema escravagista até quando lhe foi conveniente. Ele diz que, enquanto não podiam imaginar outra forma de produção senão aquela sustentada pelo escravo, os dirigentes mantiveram intocado o regime escravocrata. Passaram a aventar a possibilidade de abolição “quando o imperante, por interesses seus, por si a levantou” (BOMFIM, 1931, p. 120).

Mas por que e por quem o movimento abolicionista foi seguidamente golpeado? Ele foi golpeado pelo imperador com sua postura emancipacionista e de combate ao abolicionismo. Foi também seguidamente atingido pelos dirigentes que se ocupavam diuturnamente em minar qualquer traço de radicalidade política do processo de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre (BOMFIM, 1931, p. 135). O movimento abolicionista teria sido, então, golpeado porque prosperou o descaso pela reversão da miserabilidade e da exclusão dos ex-escravos.

“Tinha-se de um lado uma parte da nação exigindo tanto o fim da escravidão quanto o empenho para reverter as condições de miserabilidade e de falta de perspectiva da população cativa. De outro, estavam o imperador e os demais emancipacionistas lutando para esvaziar qualquer possibilidade de constituição de uma revolução abolicionista. Esta última somente se efetivaria a partir da constituição de forças sociais capazes de levar a termo uma modificação, de fato, das relações de trabalho. Ou seja, o escravo deveria ser preparado para o trabalho livre nas fábricas. A preparação política através da participação nos sindicatos viria em decorrência desse processo. Somente assim, segundo Bomfim, abririam caminhos rumo à reversão, em parte pelo menos, da tradição brasileira fundada na extrema exploração” (REZENDE, 2003, p.93).

Manoel Bomfim insistia que “os motivos sociais e políticos da abolição apontavam para a necessidade de ações extensivas durante décadas. No entanto, as ações dos setores dirigentes visavam dismantelar, e mesmo anular, qualquer ação reivindicadora de mudanças para além dos marcos definidos na lei de libertação dos escravos. As atuações nesses termos iniciaram muito antes de 13 de maio de 1888. Ao ganhar corpo o movimento abolicionista na década de 1860, observava-se que alguns grupos, ‘responsáveis pelos próprios males anteriores, vêm incluir-se entre os revolucionários. Esses dirigentes, já situados e senhores dos mecanismos governamentais, acabam assenhoreando-se das posições, escamoteando a revolução, deturpando-a no (...) programa, traindo-a nos intuitos reais’ (BOMFIM, 1931, p.99). Os setores preponderantes desfecharam inúmeros cerceamentos políticos às propostas abolicionistas. Eles atuavam objetivando anular qualquer caráter transformador das

condições sociais e políticas em vigor. Não se formavam, porém, ações - entre os políticos mais radicais e/ou entre os líderes dos movimentos que emergiam no interior da sociedade - que dessem vida a projetos e programas, de fato, transformadores. As conseqüências disso eram as mais nefastas possíveis não só para o movimento político abolicionista, mas também para a constituição da educação política da população de modo geral. Todas as ações dirigentes eram no sentido de barrar as ações políticas dos demais setores sociais” (REZENDE, 2003, 93-94).

Em *A América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim afirmava que os políticos agiam no parlamento somente visando resolver a situação do fazendeiro, que era “ontem parasita do escravo, hoje (1905) parasita do Estado” (BOMFIM, 1993, p. 169). Excogitavam-se, assim, todos os meios possíveis para que o Estado pagasse pela libertação dos cativos e pela importação de trabalhadores migrantes. Havia um entendimento geral de que o negro não serviria para o trabalho livre. Estava, então, evidenciado que o negro seria mesmo abandonado à própria sorte, sem instrução técnica profissional, sem educação formal, sem trabalho nem pão.

“Os efeitos sociais e políticos da migração” (BOMFIM, 1993, p. 179) eram arrasadores para o trabalhador nacional. “Ao invés de tornar [ao negro] acessível a instrução, o aprendizado de um trabalho moderno, optou-se por lançá-lo ao ostracismo, ao abandono” (REZENDE, 2002, p.83; BOMFIM, 1993, p.179). Não houve ensino popular para preparar os ex-cativos e muito menos instrução profissional-industrial.

Diante de tais condições, Manoel Bomfim argumentava:

“(…) as classes dirigentes precisavam tentar um longo esforço sobre si mesmas, para vencer essa influência do passado que nelas revivem adotando um programa inteiramente oposto a essa que, consciente ou inconsciente, vêm seguindo até hoje. Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas de atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo, não aos interesses exclusivos do Estado (...), mas atendendo às necessidades efetivas das sociedades” (BOMFIM, 1993, p.281).

O Estado era considerado pelos dirigentes como um lócus, dizia Bomfim, de atendimento dos seus interesses pessoais. Eles não concebiam que o Estado devesse estar voltado para os interesses coletivos, para a inclusão social daqueles que até o processo de abolição tinham sido destituídos de toda e qualquer possibilidade de ação voltada para capacitar-se ao trabalho assalariado. Cabia, assim, ao Estado proporcionar esta formação. Mas esse não era o entendimento dos dirigentes no final do século XIX e no início do século XX. Manoel Bomfim afirmava: “o Estado só tem uma razão de ser:

representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar” (BOMFIM, 1993, p. 193).

Como não se concebia que o bem público devesse ser a função essencial do Estado, o país dava demonstração, já no início do século XX, de que abriria espaço para o aprofundamento da desigualdade, da miserabilidade e da exclusão.

“É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios, etc. (...)” (BOMFIM, 1993, p.196).

### **Libertação e não-inserção do negro como trabalhador livre: Considerações finais**

No livro *O Brasil nação*, Manoel Bomfim destacou que desde o século XVIII haviam despontado, no país, duas posturas políticas bem diferenciadas no que diz respeito ao futuro do negro. Tais perspectivas foram denominadas por ele de conservadora e progressista. Na visão daquela primeira, o negro parecia não ter qualquer futuro, pois a libertação parecia ser uma necessidade imposta por uma dada situação econômica (a crise da grande lavoura cafeeira, as dificuldades do tráfico internacional de escravos, entre outras) e política. Não havia nesse caso qualquer projeto de inserção do negro na sociedade livre que estava por emergir. Essa posição conservadora<sup>12</sup> está documentada em algumas falas do século XIX como a do político Silveira Martins que afirmava: “amo mais ao meu país que ao negro” (BOMFIM, 1931b, p.126).

Esta última fala citada deixava evidente que uma parte dos dirigentes não estava procurando qualquer saída para a situação do negro, seu analfabetismo, sua pobreza, sua miserabilidade, sua agonia de viver como cativo sob o açoite e sob todas as formas de violência que marcavam a sua existência. Estavam sim procurando saídas para as crises internas e externas que atingiam o país, naquele momento. Emancipar os escravos era o caminho encontrado para solucionar alguns problemas (econômicos e políticos) que se

---

<sup>12</sup> D. Pedro II era representante-mor desta perspectiva conservadora. Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos mais importantes políticos da primeira metade do século XIX, na década de 1820, também possuía uma postura conservadora sobre o fim do tráfico e da escravidão. Na década de 1830 ele abandonou qualquer idéia de fim da escravidão. Tornando-se, assim, um escravagista convicto.

avolumavam no país, no decorrer do século XIX. Bomfim diz que não havia no âmbito desta perspectiva uma preocupação, de fato, com a situação do cativo e com o seu futuro. Para os conservadores não havia, de fato, futuro, já que eles não conseguiam ver nada além de seus interesses imediatos.

Os que se ocupam (Castro Alves, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís da Gama) da necessidade da libertação dos escravos dentro de uma perspectiva progressista tinham uma postura distinta dessa mencionada anteriormente. Para eles, era essencial pensar num processo de libertação que levasse em conta a necessidade de criar formas de melhorias para a vida do negro em geral. Reverter as condições de miserabilidade, tornar o negro apto para trabalhar nas fábricas, dar ao ex-cativo formação técnica e profissional, propiciar ao ex-escravo a possibilidade de desenvolvimento de uma capacitação política que deveria expandir-se continuamente, era, então, o fundamento das mudanças que deveriam ocorrer na sociedade brasileira.

Mais do que a libertação do escravo, os progressistas insistiam na necessidade de revolucionar as condições sociais nas quais os negros estavam inseridos. Havia, então, a necessidade de frutificação de ações que desmantelassem os mecanismos geradores, por décadas, das inúmeras exclusões (sociais, econômicas, políticas, educacionais).

E qual perspectiva saiu vitoriosa no processo de libertação dos escravos? A conservadora, evidentemente. Assim, foram escamoteadas todas as possibilidades de revolucionar a vivência do negro. As conseqüências disso foram as mais nefastas possíveis, não somente para o negro, mas também para o país que, ao longo do século XX, não conseguiu construir um projeto de nação inclusivo e democrático.

### Referências Bibliográficas

BOMFIM, M. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

CÂNDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v.4, n.8, p. 4-17, jan.abr.1990.

CASTRO ALVES, A. F. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1997.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1988.

NABUCO, J. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997. v.2.

MALHEIROS, A M, P. *A escravidão no Brasil*. São Paulo, Edições Cultura, 1944.

NOGUEIRA, M. A. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

REZENDE, M. J. de. Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: a interpretação de Manoel Bomfim. *Plural*, São Paulo, n.10, p. 77-106, 2003.

REZENDE. M. J. de. Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.18, n.1, p.73-92, jan.jun.2002.

ROSA, C. M (org.) *Os 500 anos do Brasil numa obra completa*. São Paulo, Folha da Manhã e Zero Hora, 2000.

Recebido em Maio de 2014/ Aprovado em Junho de 2014